

no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do Estado espoliar o particular. Por outro lado, cabe ao próprio particular a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar.

ORA, COM MÁXIMO RESPEITO, MAS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO CASO A UFVJM, DESEJA CONTRATAR O PRATO-FEITO A UM PREÇO MAIOR? PARA ESTA RECORRENTE SERIA EXCELENTE, CONTUDO, O INTERESSE PÚBLICO E ÉTICO DETERMINA O MENOR PREÇO!

Registra-se que esta Recorrente é uma empresa séria e é capaz de ofertar o produto sobre o preço vencedor!

Impende ressaltar que é de conhecimento público que os procedimentos licitatórios na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão da intensa disputa de preços na fase de lances, têm proporcionado à Administração Pública uma economia considerável em relação aos valores inicialmente estimados, aliás, como é o caso presente.

Portanto, em um certame competitivo como o presente, já é de praxe a Administração Pública obter preços finais bem inferiores àqueles estimados inicialmente, o que, desde logo, derroga as alegações de possível falha na estimativa.

Em assim sendo, configurado está que a Frango Mais MC LTDA cumpriu todas as exigências constantes do Edital (especialmente as habilitações) relativamente à apresentação de sua proposta, estando apta a oferecer a essa Universidade todos os serviços objeto da presente licitação, com o nível de qualidade que é usual em sua atuação empresarial.

INEXISTÊNCIA DE PROVA DA INEQUILIBRILIDADE

Não se pode olvidar, também, que a revogação, para sua aferição, deve ter comprovação dos fatos.

Aliás, em sentido contrário ao alegado pela autoridade revogante, é entendimento corrente no Tribunal de Contas da União, **a necessidade de comprovação da inequibibilidade** de proposta, conforme se depreende pela leitura do excerto da Decisão nº 432/2000-TCU-Plenário, a seguir transcrito, senão vejamos:

b) a comissão de licitação não fundamentou sua decisão, e a falta de motivação,

2